



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em
história 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 2 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-907-3

DOI 10.22533/at.ed.073211903

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro *Pluralidade de Temas e Aportes Teórico- Metodológicos na Pesquisa em História 2* está dividido em três volumes. Todos os capítulos tratam de temas relacionados à história do Brasil e ou geral.

Organizado em grandes temáticas, as obras trazem discussões sobre história, gênero e sexualidade; ensino de história em todos os níveis (educação infantil, educação básica e ensino superior); pesquisas historiográficas; capítulos sobre lutas pela terra no Brasil; estudos sobre gastronomia (brasileira e árabe); cinema; economia; imprensa; raça; memória; narrativas pessoais e estudos de personalidades; tecnologia; história e ciência, dentre outras temáticas.

Em suma a obra é uma grande possibilidade de descobrir o que se tem de novo e de velho na História, ou seja, os mais diversos trabalhos e temas pesquisados na historiografia.

No volume I encontramos artigos sobre o século XIX e XX no Brasil a respeito do nacionalismo, a construção da sociedade imperial e pensar a identidade nacional a partir de processos migratórios.

Além disto, capítulos dedicados a estudos com fontes de atas de conselhos em Sergipe, problematizações sobre o tráfico africano, fontes cinematográficas, testamentos e até mesmo fontes utilizadas para compreender o reinado de Ramessés III no Egito.

Por fim o primeiro volume se encerra com dois artigos sobre a Idade Medieval, um tratando de Beowulf e outro da Cocanha.

Já no volume II as temáticas mais amplas abarcam pesquisas sobre ensino de história, alguns trabalhos sobre história geral e também gastronomia. Iniciando com trabalhos sobre o PIBID e práticas avaliativas, o segundo volume traz capítulos que versam sobre a construção do processo ensino aprendizagem em História, refletindo sobre os desafios e algumas perspectivas. Além disto, um capítulo sobre a BNCC, atual e articulado às discussões presentes partindo da realidade posta na rede pública.

Em um segundo momento, o volume II traz amplas contribuições a respeito do ensino sobre a África em sala de aula bem como questões étnico-raciais e narrativas em disputa.

Seguindo o modelo do primeiro volume, este se encerra trazendo capítulos que versam sobre as mais diversas fontes de pesquisa em História, como arquivos públicos, periódicos, imprensa, literatura,

O livro termina com algumas reflexões a respeito da história da ciência e pesquisas sobre gastronomia.

O volume III dedica-se a reflexões sobre gênero em sala de aula, representações do feminino, o retrato da mulher na sociedade colonial brasileira, a insubmissão feminina e discursos contra hegemônicos e a sexualidade indígena. Este último capítulo faz a ponte com o tema seguinte: disputas sobre a terra no Brasil e na América do Sul.

Em seguida você encontra capítulos sobre religiosidade, sobre a arte de curar, história e memória e história oral. O livro encerra com artigos sobre a Ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) e uma discussão sobre a esquerda brasileira.

Em suma, você tem em mãos três obras organizadas sobre os mais diversos campos, aspectos e áreas da historiografia brasileira e mundial. Aqui você encontrará capítulos que poderão contribuir para enlanguescer as pesquisas em História e também a partilha de experiências docentes nos mais diversos níveis de educação.

Espero que encontre nas leituras dos capítulos embasamento teórico metodológicos, amparo nas pesquisas e que esses capítulos contribuam para enriquecer o campo de ensino e pesquisa em História.

Agora que a profissão historiadora/historiador é regulamentada, precisamos investir ainda mais em pesquisas e divulgação destas pesquisas. Neste sentido a Atena Editora se compromete a dar visibilidade aos mais diversos temas que compõem esta obra dividida em três volumes.

Boa leitura!
Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PROFISSÃO CONTÁBIL E PODERES PÚBLICOS: CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO E PROFISSIONALIZAÇÃO (1914-1926)

Adelino Martins

DOI 10.22533/at.ed.0732119031

CAPÍTULO 2..... 14

INDÚSTRIA, TERRITÓRIO E CULTURA: UM ESTUDO DE CASO DO EMPRESARIADO NIPO-BRASILEIRO

Adriano Amaro de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.0732119032

CAPÍTULO 3..... 29

VINCULAÇÕES ENTRE ESTADOS E NACIONALISMO, E SEUS CONCEITOS NOS SÉCULOS XIX E XX

Rafael Bassinello Paes de Barros

DOI 10.22533/at.ed.0732119033

CAPÍTULO 4..... 39

“EXCELLENTÍSSIMO CONSELHO”: ECONOMIA E SOCIEDADE EM SERGIPE DEL REY NAS ATAS DO CONSELHO DE GOVERNO DA PROVÍNCIA (1824-1831)

Damilis Silveira Viana

DOI 10.22533/at.ed.0732119034

CAPÍTULO 5..... 46

O FENÔMENO DO TRÁFICO E PROIBIÇÃO DE ENTORPECENTES NO BRASIL DE 1890 A 2020

Steven Adrian dos Santos

João Victor Mendes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0732119035

CAPÍTULO 6..... 56

“INFLUÊNCIAS POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICA, ABSORVIDAS DURANTE O PENSAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA OPÇÃO BRASILEIRA E IMPERIALISTA”

Luis Claudio Reginato Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.0732119036

CAPÍTULO 7..... 62

ALTERIDADE E RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

Natalia Fioravanso Vieira Brizola

DOI 10.22533/at.ed.0732119037

CAPÍTULO 8..... 73

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO CANADENSE NA REDE INTELECTUAL INDIGENISTA TECIDA EM TORNO DA REVISTA *AMÉRICA INDÍGENA*

(1942-1960)

Natally Vieira Dias

DOI 10.22533/at.ed.0732119038

CAPÍTULO 9..... 81

A CONFORMAÇÃO DA ESCASSEZ DE ÁGUA NA BACIA DO RIO SANTA MARIA, MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Paulo José da Fonseca Pires

Elaine Prochnow Pires

DOI 10.22533/at.ed.0732119039

CAPÍTULO 10..... 95

NOTAS SOBRE O CINEMA BRASILEIRO DA “HEGEMONIA NEOLIBERAL” - 1992-2015

Peterson Soares Pessôa

DOI 10.22533/at.ed.07321190310

CAPÍTULO 11 106

“DAVID GRIFFITH’S MASTERPIECE” E OS AFRO-AMERICANOS: UMA ANÁLISE ACERCA DA RECEPÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NORTE-AMERICANA DA OBRA CINEMATOGRAFICA ‘O NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO’

Carlos Vinícius da Silva

Larieli Ceron de Lima

Marcos Alves de Souza

DOI 10.22533/at.ed.07321190311

CAPÍTULO 12..... 116

COMPREENDENDO O REINADO DE RAMESSÉS III PARA ALÉM DE MEDINET HABU: BREVE ANÁLISE DE TRÊS DOCUMENTOS ESSENCIAIS

Arthur Rodrigues Fabrício

DOI 10.22533/at.ed.07321190312

CAPÍTULO 13..... 134

A QUESTÃO DA EXPLICAÇÃO EM HISTÓRIA: A CRÍTICA DE WILLIAM DRAY AO MODELO NOMOLÓGICO-DEDUTIVO DE CARL HEMPEL

Jacquelyn da Silva Souza

Sara Albieri

DOI 10.22533/at.ed.07321190313

CAPÍTULO 14..... 141

A HISTÓRIA SERIAL NOS ESTUDOS SOBRE A MORTE: REFLEXÕES ACERCA DOS TESTAMENTOS PAULISTAS (1592-1639)

Victor Mauric

DOI 10.22533/at.ed.07321190314

CAPÍTULO 15..... 149

UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A PRESENÇA LUSITANA NO LESTE ASIÁTICO DO SÉCULO XVI

Marcus da Silva Dorneles

DOI 10.22533/at.ed.07321190315

CAPÍTULO 16..... 157

MAPEANDO O UNIVERSO DE BEOWULF: CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO E GÊNERO LITERÁRIO

Vinicius Tivo Soares

Jaime Estevão dos Reis

Giovanni Bruno Alves

DOI 10.22533/at.ed.07321190316

CAPÍTULO 17..... 168

A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA: REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO MEDIEVAL

Aline Ferreira Antunes

Flávia Cristina Paniago

DOI 10.22533/at.ed.07321190317

SOBRE A ORGANIZADORA..... 182

ÍNDICE REMISSIVO..... 183

CAPÍTULO 9

A CONFORMAÇÃO DA ESCASSEZ DE ÁGUA NA BACIA DO RIO SANTA MARIA, MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Data de aceite: 01/03/2021

Paulo José da Fonseca Pires

Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus
Rio do Sul
<http://lattes.cnpq.br/7438548758134274>

Elaine Prochnow Pires

Secretaria de Estado da Educação de Santa
Catarina
<http://lattes.cnpq.br/6521262397442928>

RESUMO: A História Ambiental, tem se constituído num enfoque de relevante importância para estudos relacionados aos problemas de uso dos recursos naturais. Este enfoque busca caracterizar os diferentes momentos de ocupação dos territórios, evidenciando os fatores determinantes dos usos dos recursos naturais pelos grupos sociais envolvidos. Neste sentido, o trabalho buscou identificar no processo de ocupação da região do Município de Dom Pedrito – RS, caracterizando as diferentes estratégias de uso dos recursos hídricos pelas diferentes formas de organização da produção agrícola regional. O método de investigação foi a entrevista com técnicos e lideranças dos agricultores regionais, bem como consulta a informações secundárias em relatos históricos de bibliografia sobre a região. Foi possível identificar que processo de escassez de água é uma característica das condições meteorológicas e de relevo regional, no entanto ao longo da história de ocupação, esta condição se agravou na medida em que

se desenvolveram sistemas de produção agrícola mais intensivos no uso deste recurso, com destaque para a lavoura de arroz irrigado. Várias ações têm sido realizadas no sentido de minimizar os efeitos negativos dos períodos de redução do volume de água disponível na bacia hidrográfica, como a construção de barragens. Estas barragens têm se constituído em objeto de debate no interior do comitê de bacias, enfrentando severas críticas de especialistas.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemas Agrários, Ocupação territorial, Recurso Hídricos.

THE CONFORMATION OF WATER SCARCITY IN THE SANTA MARIA RIVER BASIN, DOM PEDRITO MUNICIPALITY: A CONTRIBUTION FROM ENVIRONMENTAL HISTORY

ABSTRACT: Environmental History has been an important focus for studies related to the problems of using natural resources. This approach seeks to characterize the different moments of occupation of the territories, highlighting the determinant factors of the use of natural resources by the social groups involved. In this sense, this work sought to identify in the process of occupation of the region of the Municipality of Dom Pedrito - RS, characterizing the different strategies of use of water resources by the different forms of organization from the regional agricultural production. The method of investigation was interviewing with technicians and leaders of the regional farmers, as well as consultation with secondary information in historical bibliography reports about the region. It was possible to identify that water scarcity process is a characteristic of

meteorological conditions and of regional relief, however throughout the history of occupation, this condition has worsened as agricultural production systems developed in ways to use more intensively this resource, with emphasis on irrigated rice fields. Several actions have been taken to minimize the negative effects of periods of reduction in the volume of water available in the hydrographic basin, such as the construction of dams. These dams have been the subject of debate within the basin committee, facing severe criticism from experts.

KEYWORDS: Agrarian Systems, Territorial Occupation, Water Resources.

A História Ambiental, tem se constituído num enfoque de relevante importância para estudos relacionados aos problemas de uso dos recursos naturais. A partir da década de 1970, emerge mais incisivamente, denúncias sobre a fragilidade da dinâmica natural do planeta Terra frente aos impactos da ocupação humana (PÁDUA, 2010; DUARTE, 2013).

A utilização pela sociedade moderna dos recursos naturais, tem sido objeto de vários conflitos, em diferentes culturas e, cada vez mais, estudos tem comprovado, que estas ações sobre estes recursos podem produzir perturbações capazes de modificar radicalmente os ecossistemas. Estas, por sua vez, podem levar a degradação total do recurso ou a conformação de situações de escassez e conflitos. Isso se acentua quando os recursos são de uso comum, em regiões onde se configuram interesses diferenciados.

As características naturais das regiões, constituem-se em limitações impostas ao desenvolvimento das atividades humanas, em especial a agricultura, que é o objeto do presente trabalho. Ao desenvolver as atividades agrícolas, o humano, adapta sua forma de produção, adequando às condições de suas terras e aos demais recursos disponíveis ou modifica as condições naturais de acordo com suas necessidades. Assim, natureza e práticas agrícolas modificam-se mutuamente ao longo do tempo, conformando as situações atuais.

Nesta perspectiva o presente trabalho, buscou reconstruir a história da ocupação da região do Município de Dom Pedrito-RS, enfatizando os diferentes arranjos da produção agropecuária regional, enfatizando as estratégias de uso dos recursos hídricos. Buscou-se identificar ao longo da história, aspectos importantes para explicar a atual condição de escassez e disputa de interesses, nas tentativas de gestão participativa da água, via Comitês de Bacias Hidrográficas, como prevê a legislação ambiental brasileira.

De modo geral, a Campanha Gaúcha compreende uma região que vai das fontes do Rio Negro a vertente brasileira do Quaraí, toda a bacia sul do Ibicuí até o pé da Serra Geral. Assim, os limites são a grandes traços: a leste, o divisor de águas entre a Bacia Atlântica e o Rio Uruguai; ao norte, o talude do Planalto Sul-Brasileiro; ao oeste, o Rio Uruguai; ao sul, a fronteira com a República do Uruguai. Politicamente, abrange os municípios de Quaraí, Alegrete, Rosário do Sul e São Gabriel, bem como parte dos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Lavras, Santa Maria, São Pedro, São Vicente, São Francisco de Assis e Itaqui (RAMBO, 1994).

A paisagem da campanha riograndense apresenta-se formada por quatro elementos essenciais: as elevações, a planície, a água corrente e a vegetação. A inter-relação entre estes componentes formam três unidades de paisagem características da Campanha Gaúcha (figura 3), que foram diferentemente utilizadas ao longo do processo histórico de ocupação da região (LINDMANN, 1972; RAMBO,1994).

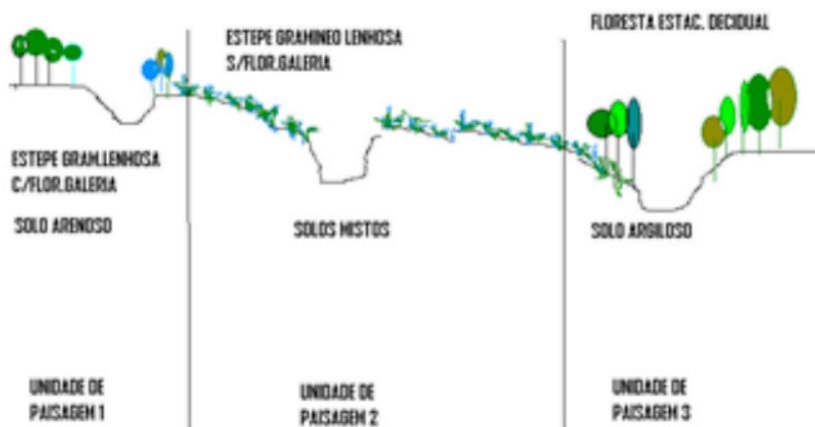


Figura 1 - Perfil Topográfico/Vegetação/Solos/Unidades de Paisagem

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Cada unidade de paisagem é composta pelo perfil topográfico e a vegetação. Segundo IBGE (1992), a vegetação da Região da Campanha Gaúcha é resumida a três tipos principais: Estepe Gramíneo-lenhosa com Floresta de Galeria, Estepe Gramíneo-lenhosa sem Floresta de Galeria e Floresta Estacional Decidual.

11 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO AGRÁRIO NA REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA

Pretende-se nesta seção apresentar uma breve descrição do processo histórico de ocupação do espaço agrário do Município de Dom Pedrito, com ênfase para a formação da lavoura arrozeira e a utilização dos recursos naturais, em especial a água.

21 PRIMEIRO PERÍODO - A OCUPAÇÃO INDÍGENA - ATÉ 1600

Para Barbosa (1995), a região da campanha foi inicialmente habitada por um povo indígena genericamente denominado pampeano, caracterizado como sendo caçador/coletor. No entanto, Lovois (2009) distingue dois grupos diferenciados: o Gês (caçadores e coletores) e os Tupis-Guaranis (agricultores, caçadores e coletores).

Já Christensen (2001), utilizando uma caracterização mais detalhada, diferencia dois povos indígenas denominados Charruas e Minuanos. Os Charruas eram indivíduos nômades que se deslocavam constantemente em busca de alimentos. Eram coletores de raízes e frutos, também exímios caçadores, e desenvolveram instrumentos para a caça, como a boleadeira, arco, flechas e arcos; porém, não desenvolveram a agricultura. Com a penetração da cultura europeia, modificou-se a sua cultura original, transformando-os em cavaleiros.

Para Christensen (2001), as características que diferenciam os dois grupos de habitantes originais são o território que ocupavam e o desenvolvimento de técnicas para o cultivo da terra. Os Charruas habitavam as duas margens do Rio Uruguai. Já os Minuanos, ocupavam o Litoral Atlântico, desde a Lagoa Mirim até as proximidades de Montevideu e aprenderam com os Guaranis a cultivar a mandioca.

3 | SEGUNDO PERÍODO – O SISTEMA AGRÁRIO DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS (1600 – 1700)

A disputa entre Portugal e Espanha pelo domínio da fronteira sul do Estado do Rio Grande do Sul, condicionou a existência de tentativas de povoar a região, consolidando a posse do território. Com este objetivo, em torno do ano de 1626 chegaram ao sul do Brasil os padres jesuítas espanhóis para catequizar os indígenas e garantir o domínio na região, formando comunidades organizadas, baseadas na criação de gado e na agricultura.

A época de fundação da estância Japeju remonta ao ano de 1660, segundo Marques (1987), e contava com um plantel de aproximadamente 40.000 cabeças de gado, destinadas à alimentação da redução jesuítica, com o mesmo nome, situada na porção ocidental do Rio Uruguai. Os jesuítas consideravam Japeju como um ponto chave na região do Alto Uruguai, pois a existência de áreas com baixa profundidade no rio possibilitava a sua travessia, penetrando no território das Missões Orientais e transpondo o gado necessário às povoações no lado ocidental.

Com o fim das reduções jesuíticas, após sucessivos ataques de bandeirantes, vindos, principalmente do Estado de São Paulo, visando aprisionar de mão de obra escrava (indígenas) e assegurar o domínio português sobre o território, os indígenas se dispersam. Muitos migraram, juntamente com os missionários, para a porção sul do Rio Grande do Sul, deixando abandonado o gado que tinham domesticado nas reduções.

A reprodução natural dos animais abandonados povoou os campos com grandes rebanhos de gado xucro ou chimarrão, o qual se tornaria um recurso de grande importância na economia riograndense no período seguinte, com o surgimento do comércio do couro.

4 | TERCEIRO PERÍODO - O SISTEMA AGRÁRIO DAS VACARIAS - 1700 -1800

Segundo Zarth (2002) e Osório (2007), a conformação da fronteira sul do Brasil não se delineou de forma pacífica, nem conformou os seus contornos unicamente em função de acordos burocráticos entre as duas coroas envolvidas (Portugal e Espanha). Pelo contrário, constituiu-se num processo de construção histórica, com inúmeros relatos de relações conflituosas entre os habitantes que ocupavam este território.

Para a referida autora, ainda que Portugal e Espanha tivessem a pretensão de traçar uma linha divisória para demarcar os seus domínios, esbarraram em várias limitações: primeiro, não tinham o completo conhecimento sobre a geografia do território, pois não o conheciam com maiores detalhes, o que só passou a acontecer a partir dos tratados de 1750 e 1777.

Até então, se tratava de uma fronteira de difícil materialização, delimitar a área de ação dos habitantes, tanto de um lado como de outro, se constituiu em tarefa quase impossível, devido à similaridade nos padrões comportamentais e nos usos dos recursos disponíveis. Tratava-se de uma fronteira recente, que formava um *continuum* com a Banda Oriental do Uruguai (atual Uruguai).

As similaridades existentes na região estavam relacionadas com as características geográficas, tanto com relação ao relevo quanto a fertilidade das terras e a baixa densidade demográfica. Aliado a estas características comuns, soma-se a forma de organização da produção. Esta era centrada em pequenas propriedades, no entorno de pequenos núcleos urbanos, dedicando-se simultaneamente à agricultura e à pecuária.

5 | QUARTO PERÍODO - SISTEMA AGRÁRIO TROPEIRISMO / SESMARIAS 1700 – 1800

Segundo Miguel (2009), este sistema implantou-se no Rio Grande do Sul no início do Século XVIII e teve como característica central o aprisionamento de bovinos e muare xucros, ainda em abundância nos campos e sua condução a pé para as regiões centrais do Brasil. Para o referido autor, esta dinâmica foi implementada sob a influência da demanda por alimentos e animais de carga, em função da descoberta do ouro no Estado de Minas Gerais. Este movimento dos tropeiros proporcionou o surgimento de instalações ao longo dos caminhos, com o objetivo de proporcionar condições ao descanso dos viajantes, bem como organizar a captura dos animais e proteger a fronteira. Estas instalações, em muitos lugares, estavam inseridas em sesmarias sobre o domínio de alguns poucos proprietários.

A captura de animais constituiu-se numa atividade de transição, presente tanto no período de preação do gado xucro (Vacarias), quanto no período de formação das estâncias (MERTZ; GRANDO; TARGA [1984?]).

O transporte do gado aos poucos foi incorporando o uso do charque como fonte de proteína para a alimentação dos tropeiros, passando a predominar, após a consolidação das estâncias e das charqueadas:

Com a manutenção dos modelos de ocupação do território gaúcho anteriormente descritos, ainda embasado na disponibilidade de animais xucros, proporcionou a diminuição da disponibilidade deste recurso, fato que irá se impor como um condicionante a forma de apropriação do território no período subsequente.

6 | QUINTO PERÍODO - SISTEMA AGRÁRIO DAS ESTÂNCIAS, CHARQUEADAS E INÍCIO LAVOURA DE ARROZ – 1800 – 1915

Este período teve como característica do seu início a consolidação do modelo de ocupação e defesa do território rio-grandense. A estratégia utilizada foi a distribuição de grandes extensões de terra a um pequeno número de proprietários, que se dedicavam a criação bovina e uma pequena agricultura. Esta realidade já se fazia presente nos períodos anteriores, sendo criadas estâncias em várias regiões do Estado, porém é neste período que este modelo de ocupação se torna mais importante. Todavia, ressalta-se que estes períodos coincidem com os primórdios da produção de carne salgada(Charque) no Rio Grande do Sul.

A necessidade de garantir a posse do território para a coroa portuguesa, dentro do modelo de ocupação territorial concebido na época, constituiu-se no argumento para a concessão das sesmarias. A pecuária extensiva que começa a se desenvolver no período, alia-se a emergente indústria do charque, tornando-se o principal produto de comercialização da economia riograndense (MERTZ; GRANDO; TARGA [1984?]).

A forma de ocupação do território neste período restringiu-se a áreas com relevo plano, com certa proximidade dos cursos d'água, mas que não se mantinham encharcadas. Tal característica foi marcante na região de campos nativos, mais especificamente na Campanha Gaúcha, ao longo de toda história da ocupação. Somente com a expansão da lavoura colonial e do início da mecanização da lavoura é que as áreas de charco passaram a ser ocupadas, principalmente com a lavoura de arroz.

Beskow (1984) identifica, já na primeira década do século XX a produção de arroz no Rio Grande do Sul caracterizada como o modelo capitalista de agricultura. Neste, há o predomínio do trabalho assalariado, a separação do proprietário das terras do arrendatário capitalista na condução do processo produtivo, a formação de renda fundiária capitalista, a utilização de equipamentos modernos produzidos industrialmente e pela produção destinada, basicamente aos mercados consumidores urbanos.

No Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1900, a população dos aglomerados urbanos passou a aumentar em média 1,4 a 1,7 vezes mais depressa que a população total dos municípios aos quais pertenciam. Em algumas cidades o aumento populacional da área urbana chegou a atingir 3 vezes o aumento do total da população. As mais importantes cidades do Estado apresentaram aumentos significativos na população urbana: Rio Grande, 4,5 vezes, Pelotas, 3,6 vezes e Porto Alegre, 7,3 vezes entre 1890 e 1950.

A partir de 1908 até 1913, só no município de Cachoeira do Sul instalaram-se noventa e duas lavouras de arroz, todas com alto nível tecnológico, obtido com a utilização de máquinas e equipamentos importados. O elevado nível tecnológico das lavouras de arroz foi o fator que sempre diferenciou a orizicultura gaúcha, daquela praticada em outros centros produtores brasileiros. Tais equipamentos consistiam de motores a vapor e demais equipamentos utilizados para bombeamento e transporte da água até a lavoura.

Acentua-se, a partir deste período o processo de modificação da paisagem natural das áreas planas e próximas aos cursos d'água, na região da Campanha Gaúcha, com o avanço da lavoura mecanizada, principalmente de arroz, altamente intensiva no uso da água.

7 | SEXTO PERÍODO - SISTEMA AGRÁRIO DA PECUÁRIA MELHORADA / FRIGORÍFICOS / CONSOLIDAÇÃO DA LAVOURA DE ARROZ - 1915 – 1970

A participação do Estado na modernização da pecuária gaúcha se materializou na importação de animais reprodutores de raças melhoradas de bovinos (Hareford, Durham, Holandesa, Polled-Angus e Devon) e ovinos (Rambouillet, Romney-Marsch, Lincoln e Cara-Negra), que são colocadas à disposição dos pecuaristas, principalmente os pequenos produtores (MERTZ; GRANDO; TARGA, 1984, PESAVENTO, 1980). Segundo os autores, além dessa ação, o governo criou o posto zootécnico de São Jerônimo, ajudou a promover exposições agropecuárias e criou um sistema de fiscalização sanitária do rebanho.

No entanto, modificações no processo produtivo da pecuária riograndense somente foram difundidas a partir da década de 1920, com o surgimento das cabanhas, que se constituíam em unidades de produção especializadas em fornecer gado mais selecionado, dedicando-se a criação de animais de raças puras, em especial as raças inglesas.

Na região da Campanha Gaúcha, mais especificamente no município de Santana do Livramento, em 1917 o frigorífico Swift-Armour comprou a Charqueada Livramento e, em conjunto com a Companhia Wilson, instalada no município em 1918, passa a industrializar parte considerável da produção de carne da região da Campanha (RODRIGUES; BEZZI, 2000). Segundo os referidos autores, inicialmente este frigorífico realizava abates para a produção de charque, com o qual se destacou no mercado nacional. Posteriormente, passou a industrialização da carne, com a produção de carnes enlatadas, visando principalmente o mercado europeu.

A primeira Guerra Mundial (1914-1918) proporcionou condições de mercado que favorecem ainda mais os produtores de arroz do Rio Grande do Sul. A Europa em guerra ficou impossibilitada de exportar sua produção de cereais. Consequentemente, Argentina e Uruguai, históricos compradores de arroz da Itália, passam a demandar pelo cereal produzido no Rio Grande do Sul. No entanto, em 1924, já terminada a guerra, a Itália recupera-se enquanto produtora de cereal e retoma o mercado com os países da América Latina.

A entrada em atividade dos frigoríficos no Rio Grande do Sul impôs novas demandas à produção pecuária do Estado. A partir do final do século XIX, por iniciativas de alguns pecuaristas, tendo como modelo a Argentina e o Uruguai, inicia-se a introdução de raças bovinas melhoradas no Rio Grande do Sul. Esta estratégia se intensifica na pecuária gaúcha, com a implementação de políticas públicas de incentivo por parte do governo do Estado.

No período de 1919 a 1921, ocorre o processo de modernização da indústria de beneficiamento do arroz, instalando-se no rio Grande do Sul várias unidades novas de beneficiamento, com máquinas e equipamentos importados. A política de sustentação dos preços do café, implementada pela união, formou condições para acumulação do capital necessário ao desenvolvimento econômico do país. Este se originou a partir de um processo de diversificação econômica, protegida da concorrência externa por uma política tarifária, conforme afirma Furtado (1953).

Em todo o território nacional, as regiões não produtoras de café estavam desprovidas de recursos no final da década de 1920, devido a grande crise econômica de proporções mundiais, que desestruturou a agricultura. As reivindicações dos agricultores deram origem a formação do Sindicato dos Arrozeiros, que lutou essencialmente pela garantia de preços mínimos para o arroz, a regulamentação da comercialização, a formação de um fundo destinado a subsidiar a exportações em períodos de oferta.

A pressão política realizada pelo setor arrozeiro acaba resultando no apoio dos governos estadual e federal ao Sindicato dos Arrozeiros, culminando em 1940 com a transformação do sindicato em autarquia gerida pelo executivo do Rio Grande do Sul, sob a denominação de Instituto Riograndense do Arroz (IRGA). Este órgão assumiu o papel de difusão de um pacote tecnológico moderno, atendendo aos interesses dos empresários rurais ligados ao setor arrozeiro (FRANTZ; SILVA NETO, 2005).

A necessidade de terras abastecidas por água, para o cultivo do arroz irrigado, o acesso inicial foi proporcionado pelo arrendamento. O capital necessário para financiar a lavoura arrozeira veio do capital comercial. E foi a cumulação deste excedente monetário pelos comerciantes que possibilitou o investimento em outras atividades, desencadeando a diversificação da lavoura gaúcha.

A partir do ano de 1943, o frigorífico Swift-Armour passa a dispender investimentos na industrialização de frutas e legumes e, em 1962 passa a dedicar-se a produção de carne cozida e congelada. Neste período, iniciam-se investimentos e incentivos a plantios de frutas e legumes na região da Campanha, culminando no ano de 1943 com Rosário do Sul, obtendo o título de maior produtor de ervilhas do Brasil e da América Latina.

8 | SÉTIMO PERÍODO - SISTEMA AGRÁRIO DA LAVOURA EMPRESARIAL - 1970 ATÉ OS DIAS ATUAIS

O processo de modernização da agricultura, que se acentua a partir da década de 1970 com a introdução de técnicas modernas de produção, condiciona o incremento da produção agrícola por hectare, nas terras já utilizadas para esta atividade, bem como possibilita a incorporação de novas áreas até então inutilizadas.

A política de fomento a modernização da agricultura brasileira se consolida na década de 1970, tendo como ponto central o aumento da produtividade agrícola pela intensificação do uso de insumos e equipamentos de origem industrial. Como instrumento de incentivo a produção, foi implementada no estado uma política de crédito. Esta se constituiu na base de apoio que garantiu aos agricultores o acesso ao uso de calcário, adubos, defensivos agrícolas, bem como às práticas de conservação dos solos.

Neste contexto, foram os cultivos da soja e do arroz os maiores beneficiados pelas linhas de crédito, constituindo-se nos dois tipos principais de cultivos realizados no modelo de lavoura capitalista. Outro aspecto ressaltado é implementação de projetos inovadores com relação à agricultura da região. Estes projetos vão desde a introdução de uma pecuária leiteira nas pequenas propriedades até a introdução da fruticultura. Dentre os projetos de fruticultura, destacam-se a produção de cítricos e pêssego no município de Rosário do Sul e a Vitivinicultura em Santana do Livramento.

No ano de 1976, o grupo norte-americano National Distiller investiu 30 milhões de dólares num projeto vinícola na localidade denominada Cerro Palomas em Santana do Livramento. Tal empreendimento foi implementado após anos de estudos realizados por pesquisadores da UFPEL e da Universidade de Davis (Califórnia), que identificou a região da Campanha Gaúcha como uma das duas melhores áreas para o plantio de variedades viníferas nobres europeias.

Ao contrário da produção vinícola da Serra Gaúcha, a produção na região da Campanha está baseada na produção em grande escala, em grandes extensões de terra, com alto nível tecnológico e de capital investido. Constituindo-se, portanto, em mais uma forma de ocupação do território da Campanha, que não se contrapõe a estrutura fundiária concentradora da terra, historicamente predominante.

Apesar de estarem se constituindo mudanças na base produtiva da região da Campanha Gaúcha, isto não significa o desaparecimento da atividade da pecuária extensiva, característica marcante da região durante o seu processo histórico evolutivo.

Observa-se que a expansão da lavoura de arroz se dá em áreas periféricas às áreas destinadas a atividade pecuária. Por outro lado, a atividade arrozeira também possui limitações a seu processo de expansão. Além do mercado altamente concorrencial, a exigência de áreas próximas a cursos de água

A superação desta condição desvantajosa para os produtores apenas é vislumbrada com a criação de uma infraestrutura própria por parte da Cotrijui, realidade ainda longe de ser alcançada nos dias atuais.

No município de Dom Pedrito, a lavoura de arroz possui vantagens comparativas em função de sua maior produtividade com relação a média do Rio Grande do Sul. O município possui 180.00 ha de várzeas próprias para o cultivo do arroz, mas em 1995 produziu em 19% desta área, em 2012 a área se restringiu a 27% (SOUZA, 1995; EMATER, 2010).

9 | O CONTEXTO ATUAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SANTA MARIA: A CONDIÇÃO DE ESCASSEZ HÍDRICA

A condição de fonte geradora de conflitos entre usuários da água acentuou-se, principalmente, a partir da década de 1960, com a migração para o local de agricultores da região central do Rio Grande do Sul. Estes vieram em busca de áreas próprias para o cultivo do arroz irrigado. Esta cultura demanda por grandes volumes de água, principalmente quando se utiliza de sistema de irrigação por inundação, ainda hoje o mais utilizado na região.

No período inicial de implantação da lavoura, como já descrito nos períodos anteriores, foram ocupadas as áreas de várzea próximas a cursos d'água, as quais não apresentavam regularidade com relação a disponibilidade hídrica. A solução encontrada pelos lavoureiros foi a construção de açudes e barragens para acumulação de água para a irrigação.

No entanto, o aumento da área de plantio se deu de forma mais intensiva do que o acúmulo de água obtido pelas barragens e açudes, condicionando os agricultores a utilizar água proveniente de rios e arroios. Tal condição provocou a ocorrência de episódios de escassez de água, onde afloraram mais intensamente os conflitos quantitativos entre o uso para irrigação e o abastecimento público. Esta realidade se fez presente com maior intensidade nos municípios de Dom Pedrito e Rosário do Sul, cujas captações são realizadas ao longo do curso do Rio Santa Maria.

As características de fertilidade das terras em Dom Pedrito, as facilidades de arrendamento, proporcionadas pelos pecuaristas e aliadas a incentivos governamentais para o aumento da produção, condicionaram uma expansão acentuada dos plantios de arroz irrigado, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980. Esta nova condição da região trouxe como consequência o acirramento dos conflitos pelo uso da água.

As tentativas de superação desta condição de conflito culminaram no ano de 1983 com os produtores de arroz decidindo pela construção de uma barragem para servir ao abastecimento público do município de Dom Pedrito. Com recursos próprios, construíram uma barragem e doaram para a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), concessionária responsável pelo abastecimento de água no município.

Este empreendimento tinha capacidade de acumulação de água suficiente para abastecer toda a população urbana da época, por um intervalo de tempo de cento e vinte dias, sem necessidade de retirar água do rio. Este seria o espaço de tempo mais crítico para os produtores de arroz, que assim poderiam dispor da vazão do rio para atender sua demanda por irrigação.

Segundo histórico de fundação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, disponibilizado no site do comitê, o fato de os produtores de arroz aceitarem custear a construção de uma barragem para o atendimento do abastecimento urbano revela um comportamento até então inovador na resolução de conflitos pelo uso da água. De fato, a busca por soluções negociadas entre usuários, tais como a implementação na bacia, se tornaria um compromisso de todos, principalmente a partir da promulgação da Lei Estadual 10.350 de dezembro de 1994 e, posteriormente, da Lei Federal 9.433 de Janeiro de 1997.

Foram os conflitos decorrentes da baixa disponibilidade de água para a principal atividade econômica do município – o arroz irrigado -, o principal condicionante para o processo de criação do comitê de bacias hidrográficas. Paralelamente a criação do Comitê de Bacias, a situação criada pela existência de conflito pelo uso da água levou o governo do Estado do Rio Grande do Sul a encomendar estudos e levantamentos sobre a bacia, que culminaram em 1997 com o lançamento do programa de recuperação e desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa .

Entre as medidas propostas por este programa, destacam-se a construção de dezoito (18) barragens de acumulação de água, o aumento da área de plantio de arroz, o tratamento de esgoto nos municípios da bacia e o reflorestamento de áreas críticas. Em um trabalho de pesquisa realizado posteriormente, foi identificada forte influência do setor orizícola na atuação do comitê de bacias, na medida em que identificou a existência de uma estreita relação entre este setor e a direção do comitê.

O referido autor ressalta outras evidências encontradas no estudo realizado com representações presentes no comitê. Uma delas, refere-se à definição do aumento da área com plantio de arroz irrigado como sendo o objetivo principal do programa. Outra, refere-se à condição de, mesmo sem a existência de um Plano de Bacia Hidrográfica, já em 2003 haver a obtenção recursos financeiros para a construção de barragens para irrigação, enquanto os beneficiados com a obra ainda apresentavam resistência à implementação de instrumentos econômicos de gestão dos recursos(MADEIRA, 2003).

Por último, o autor ressalta a influência do setor arroseiro, inclusive no Legislativo Municipal de Dom Pedrito, que em ato do poder público municipal em 23/11/1989, editou a Lei Municipal número 74, no seu artigo 7º, que implanta a regulamentação do uso das águas do Rio Santa Maria e seus afluentes para quaisquer fins. Define que o Poder Executivo Municipal fará cumprir os dispositivos das Leis Federal e Estadual pertinentes à matéria. Porém, em parágrafo único, ressalta que os efeitos do artigo 7º não se aplicam a

construção das barragens previstas no planejamento elaborado por Fredolino Bourscheid em 1967, bem como as já existentes.

Portanto, a história de formação do Comitê de Bacia do Rio Santa Maria caracterizou-se pela presença marcante de interesses antagônicos disputando em seu interior, o poder de influência na definição de estratégias e ações. Para os referidos autores, no Comitê de Bacia, a preocupação ambiental se confunde com interesses econômicos, ao mesmo tempo que algumas lideranças apregoam a necessidade da construção de barragens para promover a regularização da vazão do rio. Por outro lado, críticas são dirigidas a esta avaliação, alegando ser apenas um artifício dos produtores de arroz para legitimar seu real objetivo: o aumento da disponibilidade hídrica para o plantio irrigado.

A construção de barragens no Rio Santa Maria tem sido objeto de severas críticas, por parte de especialistas na área de construção de barragens. Estes alegam que as construções foram iniciadas sem a realização de estudos aprofundados sobre as reais necessidades da região, assim como os impactos ambientais da obra não foram adequadamente, analisados. São visíveis as pressões políticas no sentido, unicamente, de atender os interesses dos arroteiros.

A barragem localizada no Arroio Taquarembó apresenta-se até o momento com 86% da sua estrutura construída, totalizando um gasto de 71,92 milhões de reais, com a solicitação de mais 82 milhões para a sua conclusão. As obras paralisaram em março de 2011 pela falta de recursos, sendo encerrado o contrato com a empresa Odebrech, responsável pela construção. No ano de 2013 a obra foi citada como estando sob investigação, com suspeita de fraude nas licitações (MOTA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar que tanto as condições de escassez, que frequentemente atingem a região, quanto a solução dos conflitos pelo uso dos recursos hídricos constituem-se numa realidade ainda distante. É notório a influência da lavoura irrigada na conformação de cenários de crise de abastecimento hídrico, porém também é evidente a importância desta atividade agrícola no desenvolvimento da economia regional.

As unidades de produção com maior eficiência no desempenho econômico, são aquelas que desenvolvem algum tipo de sistema de cultivo de lavoura irrigada. O acesso a terras irrigadas é, portanto, um fator de diferenciação entre os agricultores da região. Por outro lado, aspectos relacionados a eficiência dos sistemas de cultivo existem críticas com relação ao desperdício do recurso. Cabe ao Comitê de Bacias Hidrográficas o importante papel de conduzir o debate entre os usuários da água e conjuntamente elaborar as normas para regulação dos usos, evitando os desperdícios. Dessa forma reduzir a conformação de situações de escassez e conflito. A história Ambiental constituiu-se numa ferramenta importante para evidenciar as relações sociedade e natureza, ao longo do processo de

ocupação do espaço agrário regional, ressaltando os principais aspectos relacionados aos recursos naturais e os sistemas agrários.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1995.

BESKOW, Paulo Roberto. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da cultura do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1986.

CHRISTENSEN, Teresa Neumann de Souza. **História do Rio Grande do Sul em suas origens missioneiras**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

DUARTE, Regina Horta. Scheherazade tropical: narrativas e diálogos da História Ambiental no Brasil. **História**. São Paulo, v.32, n.2, p. 3-20, jul. /dez.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL(EMATER). **Arroz: área plantada**. Porto Alegre: EMATER, 2010. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/serie/serie_1120110913.pdf>. Acesso em 12 out. 2012.

FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO, Benedito. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.p.27-92.

LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, Mario Guimarães. **A vegetação no Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974.

MADEIRA, Marcelo. Interesses político-econômicos e gestão ambiental na Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria. **Boletim de Geografia**. Maringá: UEM, V.21, n.1, p. 85-98, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Bolgeogr/article/download/.../7259>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Episódios do ciclo do charque**. Porto Alegre: Edigal, 1987.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Evolução das charqueadas rio-grandenses**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

MIGUEL, Lovois de Andrade. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre, Editora UFRGS/SEAD, 2009.

MOTA, Caroline. Taquarembó e Jaguarí sob suspeita. **Gazeta de Rosário**. Rosário do Sul, 19 jan. 2013. Disponível em:<<http://gazetaderosario.com.br>>. Acesso em fev. 2019.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.24, nº 68, 2010.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Diagnóstico econômico do município de Dom Pedrito**. Porto Alegre: Ed. FUNDATEC/FARSUL/SENAR, 1995.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Unijuí, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alteridade 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72

B

Beowulf 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167

C

Cinema 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115

Cocanha 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

E

Economia 12, 14, 15, 20, 39, 42, 44, 45, 56, 57, 59, 60, 84, 86, 92, 96, 97, 104, 105, 169, 172, 173

Egito 116, 117, 121, 123, 126, 127, 128, 130, 131, 132

Entorpecentes 46, 48, 49, 53

Escassez de Água 81, 90

G

Governo da Província 39, 44

H

Hegemonia Neoliberal 95

História 1, 10, 12, 14, 28, 37, 39, 44, 45, 53, 56, 62, 71, 79, 81, 82, 93, 103, 106, 114, 115, 116, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 147, 148, 149, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 167, 168, 180, 182

História Ambiental 81, 82, 93

História Serial 141, 142

I

Idade Média 157, 168, 169, 172, 173, 175, 180, 181

Identidade Nacional 51, 80, 142

Imperialista 33, 56, 57, 61

Indígenas 74, 77, 78, 79, 84

M

Migração 14, 27, 90, 95, 108, 110, 114

Modelo Nomológico-Dedutivo 134, 137, 138, 139

Morte 75, 117, 124, 125, 126, 128, 131, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 158, 159

N

Nacionalismo 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 61, 142



P

Presença Lusitana 149, 150, 151



T

Testamentos 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Tráfico 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2